

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.
Companhia em fase pré-operacional

CNPJ/MF 12.802.855/0001-15

Inscrição Estadual 20.240.967-8

Fazenda Boa Esperança, Estrada da Umburana, s/nº, Zona Rural,

São Miguel do Gostoso - RN

CEP 59585-000

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2013

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1 Contexto Operacional	8
2 Base de Preparação	8
3 Principais Políticas Contábeis	10
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	13
5 Imobilizado	13
6 Fornecedores	13
7 Empréstimos e Financiamentos	13
8 Patrimônio líquido	14
9 Despesas Operacionais	14
10 Instrumentos Financeiros	15
11 Transações com Partes Relacionadas	17
12 Provisões para Demandas Judiciais	18
13 Seguros	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A administração da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010-Aneel. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A COMPANHIA

Constituída em 15.10.2010 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, localizada no Município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Asa Branca I, constituída de dez Unidades Geradoras de 2,7 MW, totalizando 27,0 MW de capacidade instalada e 13,2 MW médios de garantia física de energia, bem como implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Asa Branca I, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Coletora João Câmara III, as quais serão compartilhadas com Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III e Nova Eurus IV. No exercício findo, foram realizados trabalhos no canteiro de obras, sendo: a construção de acessos aos parques e rodovias internas, terraplanagem, obras civis e a concretagem das bases dos aerogeradores.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

A Companhia, em fase pré-operacional, obteve no exercício, um resultado operacional líquido de R\$ (139). Com intuito de financiar os investimentos, além dos recursos dos acionistas, a Companhia buscou no Mercado de Capitais, onde foram emitidas Notas Promissórias, o montante de R\$ 22 milhões, cujo vencimento se dará em 24.06.2014.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 31 de março de 2014

Edson Sardeto
Diretor Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.128	10
Imposto de renda e contribuição social		2	-
Despesas antecipadas		67	-
		22.197	10
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	11	570	1
Despesas antecipadas		25	100
		595	101
Imobilizado	5	13.274	3.801
		13.869	3.902
TOTAL DO ATIVO		36.066	3.912

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	NE nº	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
CIRCULANTE			
Fornecedores	6	2.884	18
Obrigações fiscais		124	-
Empréstimos e financiamentos	7	22.000	-
Outras contas a pagar		153	-
		25.161	18
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	11	4.840	728
Outras contas a pagar		58	58
		4.898	786
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	6.405	3.360
Prejuízos acumulados		(398)	(252)
		6.007	3.108
TOTAL DO PASSIVO		36.066	3.912

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	31.12.2013	31.12.2012
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(176)	(220)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(176)	(220)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		41	-
Despesas financeiras		(9)	(7)
		32	(7)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(144)	(227)
Imposto de renda e contribuição social		(2)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(146)	(227)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

	31.12.2013	31.12.2012
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(146)	(227)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(146)	(227)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	227	(25)	202
Aporte	3.133	-	3.133
Prejuízo do exercício	-	(227)	(227)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 - Reapresentado	3.360	(252)	3.108
Aporte	3.045	-	3.045
Prejuízo do exercício	-	(146)	(146)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.405	(398)	6.007

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(146)	(227)
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social	2	-
Redução (aumento) dos ativos		
Outros créditos	-	4
Imposto de renda e contribuição social	(2)	-
Despesas antecipadas	8	(7)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	2.866	(31)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2)	-
Outras obrigações fiscais	124	-
Outras contas a pagar	153	58
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.003	(203)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Créditos com partes relacionadas	(569)	(1)
Adições no imobilizado	(9.473)	(3.688)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(10.042)	(3.689)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos obtidos com partes relacionadas	-	728
Ingressos de empréstimos e financiamentos	22.000	-
Mútuo com partes relacionadas - amortização de principal	(728)	-
Ingressos de adiantamento para futuro aumento de capital	4.840	-
Aporte de capital	3.045	3.133
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	29.157	3.861
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.118	(31)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10	41
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	22.128	10
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.118	(31)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Fazenda Boa Esperança - Estrada da Umburana, s/nº, São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 15.10.2010, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), adquirida em 1º.08.2013. Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Central Geradora Eólica - CGE Asa Branca I, a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica e a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato, constituída de dez Unidades Geradoras de 2,7 MW, totalizando 27,0 MW de capacidade instalada e 13,2 MW médios de garantia física de energia,

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque Eólico. O sucesso das operações futuras depende de atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a conclusão de seu parque eólico.

A Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, ao preço de R\$ 135,40/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

A data de vencimento da autorização da CGE Asa Branca I é 25.04.2046.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31.03.2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.1 e 9- Instrumentos financeiros; e

NE nº 3.4 - Redução ao valor recuperável de ativos.

2.5 Reclassificações

Reclassificações efetuadas para melhor apresentação, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas pela controladora.

2.5.1 Efeitos no balanço patrimonial de 1º.01.2012

	Publicado	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO	251	-	251
CIRCULANTE	135	(1)	134
Adiantamento a fornecedores	1	(1)	-
Outras	134	-	134
NÃO CIRCULANTE	116	1	117
Realizável a Longo Prazo	4	-	4
Imobilizado	-	113	113
Intangível	112	(112)	-
PASSIVO	251	-	251

Os saldos de estudos e projetos, no intangível, e de adiantamento a fornecedores foram reclassificados para o ativo imobilizado em curso.

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



2.5.2 Efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012

	Publicado	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO	3.912	-	3.912
CIRCULANTE	3.745	(3.735)	10
Adiantamento a fornecedores	3.735	(3.735)	-
Outras	10	-	10
NÃO CIRCULANTE	167	3.735	3.902
Realizável a Longo Prazo	101	-	101
Imobilizado	-	3.801	3.801
Intangível	66	(66)	-
PASSIVO	3.912	-	3.912
CIRCULANTE	28	(10)	18
Fornecedores	28	(10)	18
NÃO CIRCULANTE	718	68	786
Partes relacionadas	718	10	728
Outras contas a pagar	-	58	58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.166	(58)	3.108

Os saldos de estudos e projetos, no intangível, e de adiantamento a fornecedores foram reclassificados para o ativo imobilizado em curso.

O valor de R\$ 10 foi reclassificado de fornecedores para partes relacionadas. O valor de R\$ 58, referente a Adiantamento para futuro aumento de capital, foi reclassificado do patrimônio líquido para outras contas a pagar.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros

3.1.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, e que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e,

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.6 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com IOF incidentes nos resgates de aplicação financeira.

3.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido", em que o imposto de renda é calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. Para 31.12.2013, a provisão de imposto de renda e da contribuição social é oriunda das receitas financeiras auferidas sobre os valores resgatados, deduzidos os tributos incidentes (IOF).

3.10 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para a Companhia é a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e bancos conta movimento	6	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata	22.122	-
	22.128	10

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de comprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2012			Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2013
	Reapresentado	Adições	Transferências	Reapresentado	Adições	Transferências	31.12.2013
Adiantamento a fornecedores	1	3.734	-	3.735	5.247	(295)	8.687
Obras em andamento	112	-	(46)	66	4.226	295	4.587
	113	3.734	(46)	3.801	9.473	-	13.274

6 Fornecedores

	31.12.2013	31.12.2012
	Reapresentado	Reapresentado
Materiais	240	-
Serviços	2.644	18
	2.884	18

7 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia emitiu, em 26.12.2013, quatro notas promissórias com valor unitário de R\$ 5.500, totalizando R\$ 22.000. Sobre o valor incidirão encargos financeiros: juros e comissão (100% da taxa média do CDI mais 0,90% a.a.). Os juros serão pagos integralmente no vencimento, 24.06.2014. Os recursos destinam-se a capital de giro e/ou a realização de investimento da Companhia. A garantia é fidejussória, a interveniente garantidora é a Copel e o agente fiduciário é a C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

7.1 Cláusulas contratuais restritivas

As notas promissórias foram emitidas com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como:

não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos notistas; e não realizar, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das notas promissórias.

Em 31.12.2013, todas as condições foram plenamente atendidas.

8 Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2013 monta a R\$ 6.405, composto por 6.404.718 ações ordinárias pertencentes à Copel.

8.2 Política de destinação do lucro líquido

Conforme disposições legais e estatutárias, do lucro líquido anual será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; e 10% para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, na forma da e nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.249/95 e suas modificações posteriores.

9 Despesas Operacionais

Despesas gerais e administrativas	31.12.2013	31.12.2012
Seguros	(96)	(126)
Serviços de terceiros	(48)	(89)
Arrendamentos (a)	(7)	-
Outras despesas operacionais	(25)	(5)
	(176)	(220)

- a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

10 Instrumentos Financeiros

10.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2013		31.12.2012	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	22.128	22.128	10	10
			22.128	22.128	10	10
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)	6		2.884	2.884	18	18
Empréstimos e financiamentos (b)	7		22.000	22.027	-	-
			24.884	24.911	18	18

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Utilizado como premissa básica o custo da captação realizada pela Companhia.

10.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela diretoria executiva, respeitando limites de créditos definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

10.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e equivalentes de caixa	22.128	10
	22.128	10

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

10.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

Conforme divulgado na NE nº 7.1 a Companhia têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

10.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 11,25%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2014 do Relatório Focus do Bacen de 07.02.2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2014		
		31.12.2013	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	22.122	2.366	1.775	1.184
		22.122	2.366	1.775	1.184
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta CDI	(22.000)	(2.475)	(3.094)	(3.713)
		(22.000)	(2.475)	(3.094)	(3.713)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2013 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

10.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

11 Transações com Partes Relacionadas

A Companhia recebeu Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac de sua controladora, Copel, cujo saldo em 31.12.2013 era de R\$ 4.840.

A Companhia possuía crédito referente a desembolsos para aquisição de subestação e de linha de transmissão compartilhadas junto à Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., empresa sob controle comum, cujo saldo em 31.12.2013 era de R\$ 570.

Em 31.12.2012, a Companhia possuía débito referente a contrato de mútuo junto à Santa Maria Energias Renováveis S.A., empresa sob controle comum, no valor de R\$ 728.

A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

A Copel é a interveniente garantidora das notas promissórias emitidas pela Companhia, conforme NE nº 7.

12 Provisões para Demandas Judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais.

13 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Garantia de fiel cumprimento (a)	02/05/2014	5.550
Garantia de pagamento (b)	31/03/2015	1.500

a) Garantia de fiel cumprimento

Garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Asa Branca I.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

b) Garantia de pagamento

Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

São Miguel do Gostoso - RN

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia está em fase pré-operacional e dessa forma não está gerando receita decorrente de sua operação. Portanto serão necessários novos aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação dos passivos existentes em 31 de dezembro de 2013 e consequente liquidação de obrigações futuras para complemento das obras.

Curitiba, 31 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR048555/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Os membros do Conselho Fiscal da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a absorção do prejuízo referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 31 de março de 2014

ADRIANO FEDALTO

Presidente

ANA CLARA MORRISSY JOHNSON

ELIAS VINOSKI

FLÁVIA VERUSCA BUTURI MONARIN MATOS